

## A Escola de Chicago e os estudos de jornalismo ambiental no Brasil e em Portugal<sup>1</sup>

**Antonio Teixeira de BARROS**

Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (CEFOR)

**Jorge Pedro SOUSA**

Universidade Fernando Pessoa (UFP)

**Mesa Temática:** Estudos Jornalísticos d'aquém e d'além-mar

**Resumo:** Analisa influências da Escola de Chicago nos estudos de jornalismo e ambiente, a partir de uma comparação entre as investigações realizadas no Brasil e em Portugal. A cobertura jornalística sobre temas ambientais iniciou timidamente na década de 1970, tanto no Brasil como em Portugal, na esteira da realização da I Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo (Suécia). Nesta fase, os estudos de jornalismo praticamente ignoraram esse tema. Entretanto, a partir de meados da década de 1980 houve uma profusão de investigações, impulsionadas pela atuação da comunidade científica e de organizações não-governamentais. Esse debate foi amplificado pela cobertura jornalística, a qual passou a ser objeto das investigações acadêmicas. O texto analisa como esses estudos tratam as questões ambientais urbanas, recorte que se coaduna com a proposta da Escola de Chicago.

**Palavras-chave:** comunicação e ambiente no Brasil e em Portugal; Escola de Chicago e estudos ambientais; poluição; aquecimento global.

### Introdução

O texto analisa as tendências dominantes nos estudos sobre jornalismo e ambiente no Brasil e em Portugal com base nos pressupostos teóricos da Escola de Chicago. Entre os temas centrais estão poluição e aquecimento global, além de outros subjacentes, como a gestão de resíduos sólidos, qualidade da água, ocupação desordenada do solo urbano, saúde e qualidade de vida. Um dos eixos temáticos da Escola foram os estudos urbanos, mais precisamente a estrutura urbana e a ecologia humana.

O estudo toma como referência o principal representante da Escola de Chicago, o qual não foi um sociólogo nem um urbanista, mas um jornalista, Robert Park, que teve atuação marcante, no período de 1915 a 1930. Como jornalista, Park interessava-se pelas reportagens sobre problemas urbanos. Para ele, a cidade era um *laboratório social*. Além disso, a seu ver, o ambiente urbano deveria ser encarado como uma instituição e não como um mero agregado de pessoas e organizações sociais.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no I Colóquio Brasil-Portugal, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. O texto é resultado da primeira etapa de uma pesquisa mais ampla sobre um paralelo entre os estudos de jornalismo ambiental no Brasil e em Portugal, no âmbito de um projeto de pesquisa pós-doutoral vinculado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, sob a tutoria do Prof. Dr. Jorge Pedro Sousa. A segunda etapa da pesquisa será focada em análise empírica dos estudos de jornalismo ambiental nos dois países.

Antes do desenvolvimento do trabalho é necessário apresentar a ressalva de que não postulamos uma influência direta e intensa da Escola de Chicago na cobertura jornalística sobre ecologia nem sobre os estudos ambientais. A hipótese é de que há estreita relação entre os postulados da Escola e as práticas jornalísticas e de investigação, assunto que será aprofundado ao longo do desenvolvimento do estudo. Uma das pistas a serem investigadas é a influência das Ciências Sociais na formação de jornalistas e investigadores, visto que o jornalismo é herdeiro dos principais paradigmas oriundos do campo das Ciências Sociais. Esta é uma questão ainda em aberto, a qual será aprofundada durante a pesquisa que está em curso.

A hipótese encontra respaldo na argumentação de Sousa (2006) de que as influências teóricas em um determinado campo de estudos devem ser analisadas à luz de múltiplos atores, fatores e relações de mediação que concorrem para a validação de uma determinada concepção que se torna paradigmática e seus respectivos enquadramentos edesdobramentos. Assim, a hipótese aqui apresentada baseia-se no pressuposto de que a Escola de Chicago, como vertente expressiva das Ciências Sociais, forneceu elementos relevantes para os jornalistas e os pesquisadores em relação à abordagem de temas ambientais. Entretanto, a hipótese será aprofundada no estudo mais abrangente que está em curso, devido à limitação de espaço no âmbito deste *paper*.

## **A ESCOLA DE CHICAGO, OS ESTUDOS AMBIENTAIS E A IMPRENSA**

A Escola sociológica de Chicago é considerada uma das mais expressivas vertentes teóricas e metodológicas americana do campo das Ciências Sociais de repercussão internacional, do período entreguerras (1915-1940). No âmbito dos estudos realizados por seus integrantes destaca-se o interesse pela organização espacial da cidade, perspectiva denominada ecologia urbana. Esse foco temático se divide ainda em duas vertentes. A primeira ressalta os aspectos dos processos espaciais um determinado quadro de relações entre diferentes áreas da cidade, vistas como portadoras de uma dinâmica em constante transformação. Essa foi a linha desenvolvida por Robert Park. A segunda vertente ressalta o interesse de identificar os fatores atuantes dos processos que originaram a estrutura urbana, além de demonstrar o quadro espacial considerado como seu resultado. Ernest W. Burgess e Homer Hoyt são os principais expoentes dessa segunda linha de pesquisa. Cabe destacar ainda a contribuição de outros autores igualmente relevantes para as investigações da Escola, como Albion Small, Thomas Znaniecki, John Dewey, Charles Cooley e George Mead.

A Escola de Chicago também é reconhecida como um campo paradigmático para os estudos de comunicação, como ressalta Sousa (2006, p.206), “considerada a primeira escola

de pensamento comunicacional sistemático que surge na história das teorias da comunicação, antecedendo por alguns anos a Escola de Frankfurt”. Os pressupostos da Escola resultaram na vertente denominada interacionismo simbólico, que se refere “ao estudo das significações elaboradas pelos atores sociais no contexto das interações sociais. Para ele, os indivíduos agem a partir dos significados que atribuem às pessoas e às coisas enquanto interagem...” (Sousa, 2006, p.206). Essa perspectiva é relevante porque relaciona a abordagem da ecologia humana com o interacionismo simbólico<sup>2</sup>.

O problema da ecologia humana, de acordo com a perspectiva de estudo da Escola, pode ser dividida em duas vertentes: a teorização do tema e o estudo das relações entre os diferentes grupos culturais, étnicos e raciais. Nessa perspectiva, o ambiente urbano era encarado como uma instituição, que deve ser pensada como tal e não como um mero agregado de pessoas e organizações sociais (Park, 1915). Em sua opinião, a cidade não é apenas o lugar, mas também as pessoas, sentimentos, costumes, arquitetura, monumentos, vias de trânsito, bares, restaurantes, escritórios etc. Assim, o sítio urbano deve ser concebido como um conjunto de mecanismos psico-físico-sociais, nos quais e por meio dos quais os interesses privados e públicos, econômicos e políticos encontram expressão. Em seu sentido mais amplo, resume, a cidade é uma produção. É o produto não intencional do trabalho de sucessivas gerações e de diferentes forças sociais, econômicas, políticas e culturais.

Nessa perspectiva, a cidade é concebida ainda como uma entidade composta de diversas partes interrelacionadas e dotada de uma dinâmica própria de formação e desenvolvimento, “cuja determinação, em cada caso concreto, permite a abordagem do comportamento de indivíduos e de grupos de indivíduos, objetivo maior da investigação sociológica na Escola de Chicago” (Eufrásio, 1999, p.138). Complementa essa idéia a visão da cidade como um mosaico, constelação ou organismo vivo. Isso significa que a cidade é vista como um todo orgânico, formado por áreas funcionais, que atendem às necessidades e características de cada tipo de organização urbana. Esse todo orgânico é composto ainda por populações que apesar de serem heterogêneas, apresentam características, comportamentos e hábitos de relativa semelhança. A existência dessas áreas naturais, cada uma com suas funções características,

“é uma indicação da espécie de coisa que a cidade se revela sob análise – não, como se segeria de início, um artefato, meramente, mas em certo sentido e em certa medida, um organismo. A cidade é, de fato, uma constelação de áreas naturais, cada uma com seu próprio *milieu* característico e cada uma desempenhando sua função específica na economia urbana como um todo” (Park, 1929 apud Eufrásio, 1999, p.139).

---

<sup>2</sup> Essa relação é aprofundada por Jorge Pedro Sousa, no livro mencionado, a partir da página 206.

De acordo com essa concepção, Park dividia a cidade em quatro eixos: (a) o plano da cidade e a organização local; (b) a organização industrial e a ordem moral; (c) as relações secundárias e o controle social; e (d) o temperamento e o ambiente urbano.

O conceito de ecologia humana desenvolvido e adotado pela Escola de Chicago é complexo e multifacetado. Não há uma concepção unívoca, mas diversas concepções. Eufrásio (1999) agrupa as distintas definições, segundo as quais, a ecologia humana é vista como: (a) síntese abrangente de diversos campos de ciências naturais e ciências sociais; (b) estudo das relações entre o homem e seu ambiente físico e social; (c) aplicação de conceitos e explicações da biologia na conceituação e explicação de fatos sociais; (d) a ecologia humana como estudo das distribuições espaciais dos fenômenos humanos; (e) estudo das áreas regionais ou locais e as relações com seus habitantes; (f) estudo das relações subsociais entre os homens (aspectos das relações humanas que não envolvem estímulo e resposta mentais ou conscientes diretos, e em especial a comunicação simbólica entre os agentes) – interação impessoal que ocorre por intermédio do meio ambiente natural.

Para o estudo da ecologia humana, Park e Burgess consideram fundamental o elemento comunidade, termo que é aplicado às sociedades e aos grupos sociais onde são considerados do ponto de vista da distribuição geográfica dos indivíduos e da organização das instituições sociais. Os dois autores salientam a crescente disposição de enfatizar um dos aspectos fundamentais da comunidade: seu cenário geográfico. O pressuposto é de que as relações sociais de caráter acentuadamente diferentes podem ter raízes nas condições de uma localização territorial comum. Isso porque a vida da comunidade é condicionada pela distribuição dos indivíduos e instituições sobre uma área, tem pelo menos três aspectos distintos: *a comunidade ecológica*, *a comunidade cultural* e *a comunidade política*<sup>3</sup>. É a partir desses três aspectos que, na visão deles, “a relação de uma área local com a vida de um grupo humano pode ser enunciada” (Eufrásio, 1999, p.111). Em suma, Park e Burgess assinalam que o estudo das forças sociais em qualquer área geográfica, em termos de ecologia humana, deve

---

<sup>3</sup> A *comunidade ecológica* é vista quase exclusivamente em termos de localização e mobilidade física de seus habitantes. Abrange os aspectos topográficos e outras características externas e físicas, como ferrovias, parques e tipos de habitação. Esses elementos constituem condicionantes da formação da comunidade e exercem influências determinantes sobre a distribuição de seus habitantes, bem como sobre seus movimentos e sua vida em geral. A *comunidade cultural* é o aspecto da vida social de acordo com a qual a comunidade pode ser concebida em termos dos efeitos da vida em comunidade em uma determinada área sobre a formação ou a manutenção de uma cultura local. Embora essa relação dos padrões de cultura com as áreas territoriais ainda não estivesse adequadamente estudados na época, era consenso a idéia de que a cultura local inclui sentimentos e formas de conduta, ligações, cerimônias e rituais que são típicos de uma localidade – ou tiveram origem na área ou se adquiriram identidade com ela. Um exemplo citado por Burgess são os estudos sobre dialetos, que ilustram como as áreas locais, com seu isolamento herdado, afetam os costumes da fala. A *comunidade política* diz respeito aos aspectos ligados à organização comunitária e política e seus efeitos sociais, como: (a) a existência de áreas comuns de residência numa localidade favorece a associação comunitária e o agir juntos; (b) a contigüidade de residência predispõe à cooperação nas condições de vida próprias do local geográfico, como transporte, abastecimento d'água, parques infantis, etc.

pressupor que a vizinhança (ou comunidade) é resultado de três principais tipos de influência determinantes: as forças ecológicas, as forças culturais e as forças políticas. É a partir dessa perspectiva que se pode relacionar os estudos da Escola de Chicago com a tematização da mídia sobre os temas ambientais, especialmente no que se refere à cobertura sobre poluição urbana e aquecimento global, objeto de análise deste ensaio.

No âmbito da ecologia urbana, atualmente, além da relação entre os mais distintos atores da vida urbana, os temas ambientais também se tornaram elementos imprescindíveis no debate sobre temas urbanos, sobretudo nas metrópolis e megalópolis. A poluição do ar e o aumento da temperatura da terra, por exemplo, são dois ingredientes fundamentais para a redefinição dos estilos de vida nas cidades. A diversidade de abordagens da Escola de Chicago demonstra que, apesar da denominação de *escola*, não se trata de um bloco homogêneo de pensamento ou uma tendência metodológica unívoca. Na realidade, como lembra Eufrásio (1999, p.35),

“há várias ‘escolas de Chicago’, cada uma com feições próprias e mesmo completamente divergentes em aspectos fundamentais: a de filosofia, a de sociologia, a de ciência política, a de economia, para citar apenas algumas vinculadas à Universidade de Chicago. Ao se falar na escola sociológica de Chicago se nomeia, mais ou menos ampla e vagamente, um conjunto de linhas de interesses e de desenvolvimento de temas, de orientações teóricas e de tradições de posturas de investigações e de tratamentos e procedimentos de pesquisa...”

Essa pluralidade de abordagens é que permite relacionar a produção da Escola de Chicago com a discussão sobre os estilos de desenvolvimento adotados pelos países industrializados, acarretando a ocupação desordenada do espaço, a exportação abusiva dos recursos naturais e o comprometimento da qualidade de vida nos centros urbanos e no meio rural. Na cobertura dos temas ambientais, a mídia reproduz essa diversidade temática, mas nem sempre de forma sistemática, pois a pluralidade geralmente decorre das circunstâncias e de um projeto editorial sujeito às pressões do contexto e aos múltiplos fatores que interferem na produção noticiosa (Sousa, 2000). Em termos gerais, em vez de cobertura ampla e contextualizada, temos notícias isoladas, sobre problemas pontuais, de acordo com o calor das circunstâncias. O que é destacado é o tom denunciante, inusitado espetacular ou catastrófico.

Apesar dessa pluralidade de abordagens que convergem para a ênfase à ecologia urbana, a Escola de Chicago é considerada uma relevante precursora dos estudos ecológicos. Os autores dessa escola chamaram atenção para as conseqüências das mútuas interações entre a organização espacial urbana e o ambiente social, em uma perspectiva antropocêntrica. Essa concepção teórica é tributária do pensamento sociológico clássico, que enfatizava a separação entre a sociologia e os fatores naturais, cuja expressão máxima está na afirmação de Durkheim

de que os fatos sociais só eram passíveis de serem explicados socialmente<sup>4</sup>. O postulado compreensivista de Max Weber também reafirmou esse paradigma. Conforme Weber, para compreender o comportamento social era necessário compreender os sentidos que os atores atribuem a esses comportamentos.

A despeito dos limites herdados do paradigma sociológico clássico, autores como Schmidt (1999) identificam na Escola de Chicago uma contribuição específica para uma futura sociologia do ambiente. No bojo dessa contribuição, destaca-se a análise empírica das conseqüências da (re)organização espacial resultante do desenvolvimento urbano das grandes cidades e das dinâmicas decorrentes desse processo, como as redes de transporte, as migrações e as formas de organização e estruturação das relações de cooperação e competição pelo espaço físico com maior oferta de serviços públicos. Embora a ênfase tenha sido ao impacto do ambiente construído sobre a sociedade, a perspectiva da Escola de Chicago abriu trilhas para futuras análises da interação entre sociedade, cultura e natureza.

A partir da década de 1950, com o impacto da bomba atômica é que surgiram estudos de sociologia do ambiente com orientações diversificadas, como destaca Schmidt (1999). Essa nova fase, denominada de Ecologia Social, procura superar as lacunas deixadas pelos estudiosos de Chicago, com o intuito de se levar em conta os impactos da própria dinâmica da vida social no ambiente. Entretanto, apesar de todos os avanços, é praticamente consensual a ressalva de que o campo da sociologia do ambiente ainda está em processo de constituição e consolidação, como assinala a autora supracitada.

### **Como a questão urbana tornou-se parte integrante da agenda ambiental**

O debate sobre meio ambiente é resultante histórica do agravamento da crise desencadeada pelos problemas urbanos globais, cuja tematização tornou-se mais sistemática a partir das primeiras décadas do século XX. A distribuição mundial de poluentes tornou-se um dos temas centrais dos debates, tornando-se o motor da globalização do ambientalismo. Cada vez mais os estudos demonstravam que muitos tipos de poluentes possuíam a característica perigosa de poderem ser distribuídos, via atmosfera, pelo mundo inteiro, ou pelo menos em boa parte dele. Pesquisa realizada pela *National Academy of Sciences*, em Washington, nos Estados Unidos, chamava atenção para o fato de que, embora a Groenlândia estivesse bem longe de quaisquer fontes de poluição atmosférica por resíduos de chumbo, a quantidade desse poluente em suas áreas geladas crescia vertiginosamente, atingindo uma taxa de 300%, em

---

<sup>4</sup> A recusa de qualquer influência dos fatores naturais ou biológicos na explicação de problemas sociais resultou da necessidade de legitimação e afirmação do campo da Sociologia, com o propósito de delimitar seu objeto de estudo e seus métodos de investigação.

1940. O estudo concluía que o crescimento exponencial da poluição e sua distribuição pelo planeta constituía decorrência direta do crescimento populacional, da industrialização e do desenvolvimento tecnológico.

As conseqüências dessa distribuição de poluentes passaram a ser objeto de estudo de várias áreas científicas. A possibilidade de a poluição vir a interferir na expectativa de vida da população mundial tornar-se-ia, em pouco tempo, uma das hipóteses mais discutidas e aterrorizantes. Pesquisas específicas, embora circunscritas à poluição do ar, confirmavam as suposições de que os efeitos a longo prazo da exposição aos diversos tipos de poluentes, mesmo em baixas concentrações, produziam danos irreversíveis ao organismo humano, podendo provocar doenças crônicas ou até mesmo a morte prematura, sobretudo no caso de idosos e pessoas portadoras de enfermidades respiratórias. Enfisema, bronquite, asma e câncer pulmonar tornaram-se as moléstias mais comuns.

A Conferência de Estocolmo, realizada em junho de 1972, pela ONU, constituiu um marco para o alastramento do pensamento ecológico no mundo contemporâneo e os debates sobre os limites do crescimento econômico, da industrialização, do consumo e da vida urbana de modo geral. Em termos globais, desde Estocolmo, a preocupação maior, em âmbito governamental, tem sido com o destino do lixo, a poluição e o desgaste da camada de ozônio. Na década de 1990, com a Rio 92, foram incorporados a esta agenda temas como biodiversidade, biotecnologia, proteção as florestas, controle para emissão de gases de efeito estufa, gestão de resíduos sólidos, energia renovável (cidades solares) e técnicas de construção ambientalmente sustentáveis.

Essa trajetória foi retratada pela cobertura de imprensa. Reportagens sobre poluição ocupam lugar de destaque na cobertura da imprensa lusitana e brasileira nas décadas de 1970 e 1980, conforme estudo realizado previamente (Barros, 1999; Schimidt, 2003; Pereira Rosa, 2006). Certamente, a ênfase a essa categoria se justifica pelo fato de que, nesse período, a questão ecológico-ambiental estava diretamente associada aos danos causados pelos poluentes, principalmente nos grandes centros urbanos. A partir do final dos anos de 1980 é que o leque temático da imprensa ampliou-se, passando a cobrir os mais variados assuntos.

Em ambos os casos, a cobertura é ampla e diversificada, abrangendo praticamente todas as formas de poluição presentes nas grandes cidades: poluição do ar, de mares, praias, rios, lagoas e poluição sonora. Também é comum o tom de denúncia, mas com o intuito de estimular o engajamento das populações envolvidas - ou pelo menos de segmentos que as representam - em prol do combate à poluição. Assim, a mídia certamente, contribuiu pelo

menos para a tomada de consciência por parte de autoridades e do público, com destaque para o tema das mudanças climáticas, tanto no Brasil como em Portugal.

Desde o início da década de 1970 até os dias atuais, a poluição industrial nos grandes centros urbanos, foi o foco de interesse de todos os grandes jornais. Os efeitos da poluição dominaram a pauta, com ênfase para a contaminação da atmosfera, da água e do solo. Temas mais específicos como urbanismo, ecoturismo, diversidades climáticas e agricultura são apresentados a partir de suas conseqüências negativas: crescimento desordenado das metrópoles, efeitos nocivos do turismo ao meio ambiente, mudanças climáticas causadas pela devastação e problemas ambientais advindos do uso indiscriminado de agrotóxicos em diversas regiões brasileiras e portuguesas.

Grande parte das notícias sobre a questão ambiental tem como fonte a comunidade científica. O mesmo ocorreu com a divulgação das conclusões do quarto relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), apresentado em Paris, em fevereiro de 2007. O IPCC foi criado em 1988, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), constitui um grupo de cientistas cujo objetivo é produzir relatórios técnicos sobre a ciência das mudanças climáticas, impactos, vulnerabilidade e formas de adaptação dos sistemas biológicos e físicos a essas mudanças, além de meios de reduzir a emissão e a concentração na atmosfera de gases de efeito estufa. De 1988 a 2007 já foram publicados quatro relatórios, sendo o último, em 2007 (Paris), o de maior repercussão, devido às conclusões pessimistas que acenturam a responsabilidade humana no aquecimento global, na redução de neve no mundo, o derretimento dos glaciares e a provável inundação de cidades litorâneas em todo o mundo.

Essa tendência de uso de fontes científicas para acentuar o tom catastrófico dos temas urbanos e ambientais também se confirma com as notícias sobre o Protocolo de Kyoto, que recomenda medidas antipoluentes com a adoção de fontes de energia renováveis, investimentos em sistemas de transportes que não usam combustíveis fósseis, proteção das florestas e gestão de resíduos sólidos. Segundo previsões científicas, se o Protocolo de Kyoto<sup>5</sup> for

---

<sup>5</sup> O protocolo de Kyoto foi assinado no Japão, em 1997, com o objetivo de reduzir a emissão de poluentes e contou com a adesão de mais de 80 países. O documento prevê que, entre 2008 e 2012, os países desenvolvidos reduzam suas emissões em 5,2% em relação aos níveis medidos em 1990. O acordo impõe níveis diferenciados de reduções para 38 dos países considerados os principais emissores de dióxido de carbono e de outros cinco gases-estufa. Para os países da União Européia, foi estabelecida a redução de 8% com relação às emissões de gases em 1990. Para os Estados Unidos, a diminuição prevista foi de 7% e, para o Japão, de 6%. Para a China e os países em desenvolvimento, como o Brasil, Índia e México, ainda não foram estabelecidos níveis de redução. Os Estados Unidos, o país que mais emite gases estufa, se retiraram do acordo em março de 2001. Além disso, o documento estabelece outras medidas, como o estímulo à substituição do uso dos derivados de petróleo pelo da energia elétrica e do gás natural. O Protocolo de Kyoto é consequência de uma série de eventos iniciada com a Toronto *Conference on the Changing Atmosphere*, no (Canadá, 1988), seguida pelo *IPCC's First Assessment Report* em (Suécia, 1990). Esses eventos serviram de base para Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (1992).

implementado com sucesso, a temperatura da terra deverá ser reduzida entre 1,4°C e 5,8°C até o ano de 2100.

### **Descrição da pesquisa e da metodologia**

A cobertura jornalística sobre temas ambientais teve início timidamente na década de 1970, tanto no Brasil como em Portugal, na esteira da realização da I Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na cidade de Estocolmo (Suécia), sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU). Nesta fase, os estudos de jornalismo praticamente ignoraram esse tema. Entretanto, a partir de meados da década de 1980 houve uma profusão de análises, impulsionados pelo debate desencadeado pela comunidade científica e as organizações não governamentais do ambiente. Esse debate foi amplificado pela cobertura jornalística, a qual passou a ser objeto de investigação nos estudos de comunicação, especialmente na área de jornalismo. Nessa ordem de idéias, cabe analisar como os estudos de jornalismo realizados no Brasil e em Portugal nas últimas décadas retratam as questões ambientais diretamente relacionadas com o contexto urbano, recorte que se coaduna com a proposta de estudos da Escola de Chicago.

A investigação é baseada na análise de estudos de jornalismo ambiental realizados no Brasil e em Portugal, a partir da década de 1980. A opção pelas investigações acadêmicas justifica-se pela amplitude analítica das publicações, que apresentam característica especial, ao proporcionar a edição de obras-síntese, ou seja, em uma única publicação é possível encontrar análises relativas à cobertura jornalística sobre a evolução de um tema, durante um longo período, além de análises comparativas e diacrônicas. A denominação obra-síntese se explica, portanto, pela capacidade de uma única publicação sintetizar estudos da relação entre jornalismo e ambiente referente a amplos recortes temáticos e históricos.

Do ponto de vista metodológico, optou-se pela metanálise (Clarke, 2001), técnica de pesquisa que permite sistematização dos estudos de jornalismo sobre o tema, a fim de reconstituir os antecedentes das investigações, seus desdobramentos e influências diretas na forma de se analisar notícias produzidas sobre meio ambiente no Brasil e em Portugal. Assim, é possível organizar o conhecimento produzido, comparar tendências, metodologias e produzir inferências. A técnica da metanálise combina um conjunto de procedimentos como análise bibliométrica, análise de conteúdo e análise de discurso.

A pesquisa se caracteriza como estudo de caso de natureza exploratória e analítica. Nessa etapa preliminar foram analisadas quatro publicações que se enquadram na categoria de

obra-síntese (duas de cada país)<sup>6</sup>. Em levantamento preliminar já realizado constatou-se que não há registro de pesquisas sobre jornalismo ambiental na década de 1970 nos dois países. Nessa década os estudos se limitaram ao campo das Ciências da Natureza e das Ciências Sociais. A partir da metade da década de 1980 é que as investigações sobre comunicação ambiental e mais especificamente acerca do jornalismo ambiental é que começaram a ser publicadas, tanto no Brasil como em Portugal, mas ainda de forma tímida e esparsa. A profusão de análises sobre o tema é característica da década de 1990, quando os acadêmicos foram impulsionados pela cobertura jornalística acerca da Rio 92. Outro pico de produção de investigações sobre jornalismo ambiental ocorreu com a assinatura do Protocolo de Kyoto (1997) e a divulgação dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2003 a 2007).

A seleção das obras-síntese ocorreu com base em critérios delineados por pesquisa prévia, com levantamento da produção de cada país, por década, mediante registro em relatórios bibliográficos detalhados. Outro critério considerado foi o reconhecimento e legitimidade desses estudos pela comunidade acadêmica no Brasil e em Portugal, a partir do levantamento das obras mais citadas em comunicações apresentadas em congressos científicos, artigos de periódicos, capítulos de livros e demais publicações relacionadas ao tema no período compreendido pela pesquisa.

### **As temáticas urbanas segundo o inventário dos estudos portugueses**

No que se refere à agenda urbana, os estudos sobre jornalismo e ambiente realizados em Portugal (Schmidt, 2003 e Pereira Rosa, 2006) destacam as seguintes categorias temáticas:

1) **Contaminação das praias** – nessa categoria são destacadas as notícias relacionadas à qualidade da água e eventuais riscos de contaminação dos frequentadores. Conforme os estudos analisados, o tema é recorrente na agenda jornalística portuguesa, especialmente nos períodos de veraneio. Schmidt (2003, p.354) destaca que as praias recebem atenção especial do noticiário televisivo, uma vez que frequentemente se tornam alvo de alertas e denúncias em períodos de feriados. Segundo a análise da autora, a cobertura jornalística sobre o tema apresenta o mérito de relacionar o assunto com outros temas ambientais igualmente relevantes como a ocupação do solo urbano, a contaminação das águas e a concentração populacional em determinadas áreas

---

<sup>6</sup> O *corpus* da pesquisa é composto pelos seguintes estudos: (1) Brasil: (a) DENCKER, A. F. & KUNSCH, M. M. K. (1996). Comunicação e meio ambiente. São Paulo: Intercom; (b) OLIVEIRA, M.T.C. (1991). O jornalismo científico na abordagem das questões ambientais. São Paulo: Associação Brasileira de Jornalismo Científico. (2) Portugal: (a) PEREIRA ROSA, G. (2006): *A Quercus nas Notícias*. Porto: Porto Editora. SCHMIDT, L. (2003); (b) *Ambiente no Ecrã*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. Para a pesquisa mais abrangente que está em curso a seleção final do *corpus* resultará na escolha de dez obras-síntese (cinco de cada país).

urbanas. Pereira Rosa (2006), por sua vez destaca a atuação da organização não-governamental *Quercus*, que se tornou atuante na denúncia de riscos à saúde dos usuários de espaços de lazer nas praias.

2) **Gestão de resíduos urbanos e industriais** – uma das categorias mais relevantes nos estudos analisados foi a incineração de lixo, especialmente em decorrência da atuação da *Quercus*. Como registra Pereira Rosa (2006), a organização conseguiu manter o tema na pauta da mídia durante oito anos (de 1990 a 1997) até o problema ser solucionado de modo relativamente satisfatório pelos órgãos oficiais.

3) **Gestão dos recursos hídricos** - O peso dessa categoria no noticiário sobre ambiente em Portugal, segundo Pereira Rosa (2006) justifica-se pela relevância que assumiu, em termos do debate público, o Plano Hidrológico Nacional e a construção da barragem do Alqueva, em decorrência da militância ecológica da *Quercus*. Além disso, a análise do autor demonstra que a temática relativa à água mobilizou o noticiário de todo o país, especialmente durante a década de 1990. “As notícias relacionadas com a água não se limitaram às regiões envolvidas. Ocorreram em todo o país, uma vez que a associação fez um grande esforço de denúncia nacional de qualquer ação poluidora de cursos fluviais, lençóis freáticos ou praias de importância estratégica” (Pereira Rosa, 2006, p.91).

4) **Poluição atmosférica** – Esta foi uma das categorias de maior relevância no noticiário português, ressaltada tanto por Schmidt (2003) como por Pereira Rosa (2006), além de ser a categoria com a maior abrangência de abordagens, fontes e atores sociais envolvidos e citados. Além da apresentação continuada de diagnósticos sobre as causas e efeitos da poluição, os estudos mencionados destacam ainda a avaliação de especialistas sobre os impactos da poluição na saúde humana e o discurso do empresariado sobre as responsabilidades acerca do fenômeno. As notícias sobre poluição conquistaram espaço definido nos jornais e na televisão ainda no início dos anos de 1980. Entretanto, Schmidt (2003) registra uma tendência à maior valorização dos problemas locais.

5) **Transportes** – Além das discussões sobre a construção de pontes e o impacto ambiental negativo das obras, esta categoria concentrou-se no debate sobre a oferta de transportes públicos e o aumento indiscriminado do uso de veículos individuais, com elevado potencial poluente. Trata-se, pois de uma categoria que relaciona diversos aspectos inerentes à temáticas dos transportes urbanos.

6) **Reciclagem** – Como uma das categorias mais recentes no noticiário português, a possibilidade de reutilização de embalagens plásticas, de vidros e de papel tornou-se um dos

grandes temas do início dos anos 2000. Como ressalta Pereira Rosa (2006), as matérias jornalísticas sobre esse assunto apresentavam as vantagens da reciclagem, em um tom nitidamente engajado, de apelo à adesão da população a essa prática.

### **As temáticas urbanas segundo o inventário dos estudos brasileiros**

No que se refere à agenda urbana, os estudos sobre jornalismo e ambiente realizados no Brasil (Dencker & Kunsch, 1996; Oliveira, 1991) destacam-se as seguintes categorias temáticas:

**1 – Poluição** - a ênfase a essa categoria está diretamente associada aos danos causados pelos poluentes, principalmente nos grandes centros urbanos. Os estudos analisados indicam uma cobertura ampla e diversificada, abrangendo praticamente todas as formas de poluição presentes nas grandes cidades brasileiras, sobretudo a região metropolitana de São Paulo: poluição do ar, de mares, praias, rios, lagoas e poluição sonora. A poluição industrial, nos grandes centros urbanos, é o foco de interesse de todos os jornais, sobretudo no estado de São Paulo.

**2 – Clima** - As questões relativas ao clima ocupam expressiva posição nos estudos realizados no Brasil (nas décadas de 1980 e 1990), mas ainda sem a conotação de aquecimento global, cuja tônica é mais recente. As reportagens do período mencionado abordam aspectos como a seca na região Nordeste e a situação das populações acometidas pelo fenômeno, com depoimentos dramáticos de sertanejos, além da destruição da lavoura, o definhamento do gado e as medidas governamentais de emergência. Algumas regiões do sul do País também aparecem com frequência, acometidas por estiagens temporárias, como é o caso de municípios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Do ponto de vista urbano, a cobertura jornalística começa a esboçar a tematização sobre os efeitos dos fenômenos climáticos nas cidades, especialmente na alta dos preços dos alimentos.

**3 – Urbanismo** - a relação entre urbanismo e meio ambiente aparece apenas nas revistas semanais, dirigidas ao público das grandes cidades brasileiras onde a questão urbana aparece como parte do problema ecológico (Dencker & Kunsch, 1996; Oliveira, 1991). O poder público, local e estadual, juntamente com entidades conservacionistas não governamentais são os protagonistas dos fatos noticiados, atuando, na maioria das vezes, como parceiros, e não como opositores.

**4 – Mercado verde** – tendência registrada nos estudos brasileiros a partir dos anos de 1990, com a emergência de produtos e tecnologias com conceito de “amigos do ambiente”. Os estudos analisados apontam essa categoria como um tema vinculado diretamente à política de captação de anúncios publicitários das revistas e jornais, os quais passam a vincular o espaço

jornalístico à divulgação de iniciativas de grandes empresas nacionais e multinacionais voltadas. Além de fazer a divulgação desses projetos, o espaço jornalístico também é utilizado para apresentar novidades disponíveis no mercado, como embalagens biodegradáveis e produtos com menor consumo de energia elétrica.

**5 – Ecologia e problemas sociais** – essa categoria abriga um amplo leque de temas interrelacionados, como pobreza, miséria, fome, desnutrição, falta de saneamento básico e de água tratada. Trata-se de uma tendência minoritária, registrada sobretudo em revistas semanais e suplementos especiais de jornais em edições de final de semana. Os temas são tratados na forma de grandes reportagens, realizadas geralmente, a partir da divulgação de estudos de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e universidades.

**6 – Ambiente e qualidade de vida** – Trata-se de outra categoria que alberga um conjunto de temas interrelacionados como saúde, educação, meio ambiente, cidadania, espaço urbano, desenvolvimento sustentável e globalização. Similar à categoria anterior, mas apresenta enfoque denunciante, ao repercutir pesquisas originadas do campo das Ciências Sociais. Essa categoria reúne matérias que apresentam conotação holística, pois relacionam a qualidade de vida no contexto urbano a um conjunto de fatores como alimentação saudável e sem agrotóxicos, água tratada de forma adequada, qualidade do ar, comportamento crítico em relação ao consumo e cuidado com o espaço urbano (Dencker & Kunsch, 1996; Oliveira, 1991).

### **Perspectiva comparada**

A comparação permite observar convergências no registro das categorias, mas divergências do ponto de vista da abordagem jornalística. Enquanto em Portugal, os estudos analisados são mais específicos, no Brasil existe uma abrangência maior. As convergências podem ser explicadas pela globalização da agenda ecológica a partir da década de 1980, especialmente no que se refere aos estudos sobre poluição e urbanismo. As divergências, por sua vez, devem ser entendidas em razão dos fatores contextuais e das particularidades dos biomas nacionais, da natureza das pesquisas científicas, da gestão do Estado e das reivindicações dos movimentos sociais de defesa do ambiente urbano. Essa diversidade é um dos temas de estudo da Escola de Chicago, como já foi abordado anteriormente.

Ao contrário da imprensa portuguesa, os estudos analisados mostram que a mídia brasileira apresentou cobertura com maior enfoque para os assuntos de ambiente ligados ao

contexto rural<sup>7</sup>, especialmente pautas como proteção da fauna e da flora, risco de extinção de espécies, proteção da Amazônia, dos rios, dos povos indígenas e medidas para evitar o uso de agrotóxicos na agricultura, especialmente no período de 1970 a 1980. Entretanto, a partir da década de 1990, as temáticas urbanas começaram a ganhar mais evidência, sobretudo temas como poluição, clima e urbanismo (as três primeiras categorias destacadas).

A comparação entre os estudos portugueses e brasileiros demonstra que em cada país se formou um *pacote interpretativo*<sup>8</sup> específico sobre as temáticas ambientais. Enquanto em Portugal a imprensa se voltou com mais ênfase para os problemas urbanos, efetivamente, no Brasil, o enquadramento mais amplo é destinado aos aspectos rurais da ecologia. Entretanto, o que se observa é que a relação entre ecologia e urbanismo é levada ao ápice em cidades como Lisboa, São Paulo e Rio de Janeiro. O noticiário local, nessas cidades, imprime uma tônica entre os problemas que afetam a cidade, consturindo estreita relação entre urbanismo e ecologia. Afinal, como destaca Fucks (1998), o núcleo da problemática ambiental das grandes cidades é a desordem urbana, o que torna o assunto indissociável da questão urbanística. A abordagem da imprensa, tanto no Brasil como em Portugal, se enquadra no enfoque da Escola de Chicago, do ponto de vista dos estudos de ecologia urbana.

### **Comentários finais**

A perspectiva comparada desenvolvida acima permite algumas inferências preliminares do ponto de vista específico das influências do paradigma da ecologia humana da Escola de Chicago nos estudos de jornalismo ambiental nos dois países em questão. Até o momento, a pesquisa indica que as influências são mais evidentes nos estudos portugueses, os quais atribuíram maior destaque às temáticas urbanas, com abordagem nas influências da dinâmica espacial e demográfica.

Essa tendência pode ser exemplificada com a tematização relacionada à poluição das praias e a concentração de freqüentadores em períodos específicos, como feriados prolongados. As abordagens sobre poluição também reforçam essa tendência, especialmente no que se

---

<sup>7</sup> Essa tendência dos estudos brasileiros será analisada em outra etapa da pesquisa, visto que neste *paper* a abordagem se limita às temáticas mais diretamente associadas ao contexto urbano.

<sup>8</sup> A noção de *pacote interpretativo* é utilizada por Goffman (1974). Para o autor, em cada questão discutida publicamente, como no caso de temas ambientais, existem perspectivas analíticas que recebem maior ou menor atenção nos debates públicos, os quais operam com uma perspectiva interpretativa definida. As versões a respeito de um mesmo fato ou fenômeno social são elaboradas no contexto de disputas localizadas, as quais são alimentadas por pacotes interpretativos, que fornecem amplos repertórios de recursos argumentativos para a elaboração de relatos a respeito de eventos significativos. Ainda segundo o autor, esses pacotes são organizados a partir de um conjunto de idéias-chave, metáforas, frases de efeito e referências a princípios morais. Assim, os *pacotes interpretativos* funcionam como farol para a opinião pública, ao estabelecerem parâmetros de como pensar a respeito da questão em debate. De forma simplificada, conforme o autor, o pacote interpretativo apresenta o núcleo da questão, uma posição opinativa correspondente ao núcleo destacado, uma metáfora, a caracterização dos responsáveis pelo problema, as causas e as conseqüências. Na prática, é como se fosse um esquema *prêt a porter* de opinião.

refere aos impactos da concentração populacional em determinadas áreas, o que aumenta a demanda por serviços e atividades poluentes que resultam da própria dinâmica da ocupação do solo urbano. Essa perspectiva é complementada com a categoria transportes, talvez a que demonstra com mais intensidade os pressupostos da ecologia urbana da Escola de Chicago, visto que a poluição decorrente do uso de combustíveis está diretamente relacionada à concentração populacional.

Em relação a esses aspectos específicos, os pressupostos que regem a abordagem dos estudos de jornalismo ambiental no Brasil são convergentes com a concepção geral que orienta os estudos portugueses, o que confirma a hipótese de que, nesses aspectos destacados, realmente houve influência do enquadramento analítico da Escola de Chicago. Nos estudos brasileiros analisados percebe-se ainda um nível mais abrangente, que também se coaduna com os princípios da Escola de Chicago, como foi ressaltado no item anterior. Trata-se das categorias “Ecologia e problemas sociais” e “Ambiente e qualidade de vida”, as quais relacionam diversos elementos da ecologia humana com aspectos urbanos, especialmente do ponto de vista de explicações causais, um dos eixos dos pesquisadores de Chicago. As causas de problemas sociais apontados (miséria, desemprego e falta de qualidade de vida nas cidades) são vinculadas às falhas da gestão da dinâmica urbana.

## REFERÊNCIAS

- BULMER, Martin (1984). *The Chicago School of Sociology: Institutionalization, Diversity, and the Rise of Sociological Research* - The University of Chicago Press, Chicago.
- BURGESS, Ernest W. & BOGUE, Donald J (1964). *Contributions to Urban Sociology* - University of Chicago Press, Chicago.
- CHAPOULIE, Jean-Michel (2001). *La Tradition Sociologique de Chicago: 1892-1961* - Seuil, Paris.
- CLARKE, M. (2001). *Formulating the problem*. Oxford.
- EUFRASIO, Mário A (1999). *Estrutura Urbana e Ecologia Humana: A Escola Sociológica de Chicago (1915-1940)* - Editora 34, São Paulo.
- PARK, Robert E (1915). The city: suggestions for the investigations of human behavior in the city environment. *American Journal of Sociology*, v.20, n.5, mar., p.577-612.
- BARROS, A. T. de (1999). Comunidade científica e pesquisa sobre ecologia no Brasil. *Estudo & Debate*, Lajeado, v.6, n.2, pp. 139-173.
- CHAUÍ, M. (1983). *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Moderna.
- DENCKER, A. F. & KUNSCH, M. M. K. (1996). *Comunicação e meio ambiente*. São Paulo: Intercom.
- FUCKS, M. (1998). *Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro*. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 41, n.1, 1998.
- MARMORI, M. ET AL (1992). *Jornalismo ambiental: a cobertura da Rio 92 na imprensa brasileira*. Brasília: Universidade de Brasília.

- MICHAELLIS, C. (1992). O jornalismo na defesa da ecologia. Encontro Internacional de Jornalismo. Belo Horizonte.
- OLIVEIRA, M.T.C. (1991). O jornalismo científico na abordagem das questões ambientais. São Paulo: Associação Brasileira de Jornalismo Científico.
- PEREIRA ROSA, G. (2006): *A Quercus nas Notícias*. Porto: Porto Editora.
- RODRIGUES, M.J., NEVES, A. & GODINHO, M. M. (2003). *Para uma política de inovação em Portuga*. Lisboa: D. Quixote.
- SCHMIDT, L. (1999). Sociologia do Ambiente: genealogia de uma dupla emergência. Lisboa, *Análise Social*, n.150, p.182-216.
- SCHMIDT, L. (2003). *Ambiente no Ecrã*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- SOUZA, J. P. (2000). *As notícias e seus efeitos: as teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos medias jornalísticos*. Coimbra: Minerva-Coimbra.
- SOUZA, J. P. (1994). *As notícias*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- SOUZA, J. P. (2006). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. A Escola de Chicago e o Interaccionismo Simbólico, p. 206-210.
- VIOLA, E. J. (1992). O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, M. (Org.). *Ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro: Revan.